

História da Teologia Moral: uma síntese a partir do Concílio de Trento

*History of Moral Theology:
a synthesis from the Council of Trent*

Marta Luzie de Oliveira Frecheiras

Resumo

O objetivo precípua deste artigo¹ é fazer uma breve incursão na história da teologia moral católica, destacando os principais aspectos dos períodos onde ocorreram mudanças significativas, seja na compreensão da mesma, seja no método de análise. Procuramos acentuar o fato de que a teologia moral católica surgiu oficialmente, como ciência, no Concílio de Trento. Anteriormente, incluindo o período da Patrística e da Escolástica podemos afirmar que houve autores que dissertaram sobre aspectos éticos ou morais do cristianismo, mas isso não significava tratar-se de uma ciência teológica específica. Esperamos a partir desta síntese, trazer um entendimento mais claro e preciso do momento de renovação da teologia moral católica pelo qual passamos atualmente. Apresenta-se, também, uma fundamentação histórica da teologia moral, do horizonte tridentino ao contexto pós-Vaticano II, procurando demonstrar que ela sempre esteve a reboque dos acontecimentos, e não diante deles, acenando por qual caminho o cristão pode e deve enveredar-se.

Palavras-chave: Ética. Cristianismo. História. Moral.

¹ O presente artigo compõe a segunda seção do capítulo um de minha dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação da PUC-Rio em março de 2019, sob o título de: Teologia moral contemporânea: Status Questionis, ética e hermenêutica em 1Jo 2,15-17. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47104/47104.PDF>>. Acesso em: 10 jan. 2021.



Abstract

The main objective of this article is to make a brief incursion into the history of Catholic moral theology, highlighting the main aspects of the periods where significant changes occurred, either in the understanding of the same, or in the method of analysis. We try to emphasize the fact that Catholic moral theology officially appeared as a science in the Council of Trent. Previously, including the period of Patristics and Scholastics, we can say that there were authors who talked about ethical or moral aspects of Christianity, but that did not mean that it was a specific theological science. We hope from this synthesis to bring a clearer and more precise understanding of the moment of renewal of Catholic moral theology that we are currently experiencing. It then engages on a historical view of the foundation of moral theology, from the Tridentine horizon to the post-Vatican II context, demonstrating that moral theology has always been in the wake of the events, and not before them, indicating the direction Christians can and should take.

Keywords: Ethics. Christianity. History. Moral.

Introdução

Teologia moral é o nome que a Tradição Católica Apostólica Romana deu à disciplina teológica que lida com a vida e a ação cristã. Os protestantes falam da mesma disciplina, mas sob o título de “Ética cristã”. A teologia moral sempre vivenciou a tensão entre a vida moral prática, mais associada ao sacramento da penitência e à aproximação teórico-acadêmica do mundo universitário. Essa tensão continua a existir até hoje na teologia moral contemporânea.

A teologia moral é a reflexão teórico-cristã acerca da moral; enquanto a moral é o modo de ação no cotidiano. Por essa razão, uma máxima teórico-abstrata não tem o poder de fazer irromper, no *hic et nunc*² da vida prática, a ação, pois, como dizia Platão, a faculdade da alma capaz de teorizar é a razão; enquanto a faculdade da alma

² Aqui e agora.

capaz de agir é a irascibilidade³ e a faculdade capaz de sentir é a concupiscência.

A teologia moral sempre foi confundida com a existência dos “manuais” porque a sua origem está no século XVI no Concílio de Trento⁴ e foi uma tentativa de Contrarreforma dentro da Igreja católica após a Reforma protestante. Os ensinamentos do Concílio de Trento reconheceram duas características da teologia moral católica: mediação divina sobre o humano e resposta humana ao dom de Deus,⁵ chamada contrição,⁶ a confissão dos pecados. Primeiramente, Trento compreendeu o sacramento da penitência em termos jurídicos,⁷ com o padre atuando como juiz para determinar se a absolvição era para ser dada ou negada. A lei divina requeria ao fiel confessar todos os seus pecados mortais. Em segundo lugar, a importante influência de Trento na teologia moral foi uma tendência para fundar seminários a fim de que os futuros padres fossem treinados para o seu papel e missão específica no que tange ao sacramento da penitência.⁸

Neste sentido, surgiram as *Institutiones Theologiae Moralis*, com a concordância da *Ratio Studiorum* dos jesuítas,⁹ a fim de preparar os futuros padres para as confissões. Era uma nova forma de teologia moral praticada nos seminários e foram à origem¹⁰ dos “manuais de teologia moral”, que continuaram a existir no mundo católico até o Concílio Vaticano II. A Companhia de Jesus (ordem dos jesuítas) foi fundada em 1540 com a especial missão de levar adiante a reforma da Igreja à luz do Concílio de Trento.

O primeiro ano do curso baseado nas *Institutiones Theologiae Moralis* cobria os atos humanos, a consciência, os pecados e o decálogo, excluindo

³ Posteriormente, Agostinho a denominou de *voluntas* (vontade). A motivação vigente na moral cristã atua diretamente na vontade, que, por sua vez, atua diretamente no agir humano em situações concretas.

⁴ 19º ecumênico. De 13 de dezembro de 1545 a 4 de dezembro de 1563.

⁵ DH 1521 a 1527.

⁶ A contrição é uma dor na alma fruto da ojeriza ao pecado cometido e que tem o propósito de não tornar a pecar. Este movimento de contrição é necessário para se alcançar o perdão dos pecados. No ser humano, que cai depois do batismo, ela é como que uma preparação para a remissão dos pecados, se estiver unida à confiança na divina misericórdia, e se tiver o propósito de executar tudo o mais que se requer para receber devidamente o sacramento da confissão.

⁷ CURRAN, C. E., *The Origins of Moral Theology in the United States*, p. 12.

⁸ CURRAN, C. E., *The Origins of Moral Theology in the United States*, p. 14.

⁹ VEREECKE, L., *De Guillaume d'Ockham à Saint Alphonse de Liguori*, p. 136-152.

¹⁰ CURRAN, C. E., *The Origins of Moral Theology in the United States*, p. 15.

o sétimo mandamento. O segundo ano cobria o sétimo mandamento¹¹, os sacramentos, as censuras e as diferentes dúvidas particulares. Os manuais separaram a teologia moral dos aspectos teóricos, incluindo o bíblico, o dogmático, o espiritual e o sacramental. Por causa da sua orientação prática, esses manuais não falavam nada nem sobre a graça, nem sobre a virtude. O propósito desses manuais era apontar o que era pecado e qual era o grau do pecado.¹²

1. Horizonte histórico de Trento ao pós-Vaticano II

1.1. Horizonte tridentino

O termo “teologia moral” apareceu pela primeira vez nos escritos de Alain de Lille.¹³ Logo, o que havia de mais próximo da teologia moral, antes do Concílio, eram as “sumas”, guias para os confessores aplicarem o sacramento da penitência.

Na teologia de Tomás de Aquino, não havia uma disciplina separada que recebesse o nome de “teologia moral”. Por outro lado, as *Institutiones* substituíram o modelo deontológico, tomista por excelência, baseado na lei. A lei, que antes era compreendida como uma norma objetiva da moralidade (com todas as diferenças de níveis – eterna, natural, positiva), tornou-se também uma norma subjetiva da moralidade: a consciência. Vejamos o porquê dessa mudança.

¹¹ Como essa obra surgiu na época das grandes navegações, com muitos problemas relativos ao comércio exterior e a presença constante de corsários e piratas, esse mandamento necessitou de um capítulo especial.

¹² JONSEN, A. R.; TOULMIN, S., *The Abuse of Casuistry*, p. 137-175. Nessa obra os autores procuram apresentar a importância dos manuais morais a partir de Trento, cuja função básica era preparar os sacerdotes para o sacramento da penitência: a confissão dos fiéis. Por meio dos manuais o sacerdote tinha diante de si uma lista e graus dos pecados, a fim de orientar os fiéis da melhor forma possível.

Para análise dessa obra específica utilizamos o método de Bernard Lonergan, principalmente a parte referente à análise histórica da época em que essa obra foi escrita, a interpretação crítica da mesma, por meio da hermenêutica, além da dialética e da explicitação de seus principais fundamentos.

¹³ Segundo os autores supracitados, ele foi um dos primeiros na história da Igreja a tentar escrever uma suma visando auxiliar o sacerdote no momento do sacramento da penitência. *Liber Poenitentialis*, em torno de 1202 d.C.

O Concílio de Trento ocorreu entre 1545 e 1563 d.C. e teve vinte e cinco sessões. Podemos dizer que ele é o lugar de nascimento¹⁴ da teologia moral, pois com a queda do domínio sociopolítico-territorial da Igreja católica, a partir da entrada em cena dos reformistas, não era mais possível que a Igreja continuasse a estabelecer “normas legais” para toda a vida social. A Igreja católica não conseguiu “consertar” a quebra da cristandade, no início da era moderna, mas procurou reestruturar-se mudando o seu setor de influência, da vida objetiva dos indivíduos, como no caso das inquisições, para a vida subjetiva, por meio do estabelecimento de um novo fórum: o interno, sendo agora a consciência o lugar dele.

A consciência tornou-se o lócus privilegiado da vida moral e da identidade própria. Apesar de não ser um termo que esteja na escritura, um aspecto da consciência é derivado do Novo Testamento, o termo grego *suneivdhsis*.¹⁵ Nesse sentido, ela é a faculdade da reta razão capaz de fazer o julgamento moral movida por princípios morais universais.¹⁶

A resposta da Igreja católica tanto à modernidade quanto à reforma luterana¹⁷, e sua vida interior, em oposição à objetividade sacramental, foi uma jogada de mestre, pois fez do inimigo o seu maior aliado: a subjetividade passa a ser o fórum da culpa e, por causa dela, foi construído um completo sistema de normas.¹⁸ Para tal, o sacramento da penitência foi fortalecido, a disciplina eclesiástica exigida, além dos inúmeros manuais de teologia moral surgidos, com o intuito de auxiliar os padres confessores em situações específicas de confessional.

Em consequência da instituição do sacramento da penitência, a Igreja toda sempre entendeu que foi também instituída pelo Senhor a confissão integral dos pecados [Tg 5,16; 1 Jo 1,9; Lc 5,14; 17,14]. Esta confissão é necessária por direito divino a todos os que, depois do batismo, caem [cân. 7], porque nosso Senhor Jesus Cristo, antes de sua ascensão aos

¹⁴ KEENAN, J. F., *Fundamental Moral Theology*, p. 164.

¹⁵ Conhecimento íntimo, conhecimento dos seus próprios atos, conhecimento do bem e do mal.

¹⁶ BRETZKE, J. T., *Handbook of Roman Catholic Moral Terms*, p. 1277.

¹⁷ Lutero, reformador religioso alemão e líder da Reforma protestante teve um papel crucial tanto nas discussões do Concílio de Trento, como no surgimento da disciplina de Teologia moral após o Concílio, já que ele em sua posição modernista quanto à primazia da consciência sobre a tradição, forçou dessa feita uma posição clara da igreja católica no que tange às questões morais.

¹⁸ PRODI, P., *Fourteen Theses on the Legacy of Trento*, p. 42.

céus, deixou os sacerdotes como vigários seus [Mt 16,19; 18,18; Jo 20,23], como presidentes e juizes a quem seriam confiados todos os pecados mortais em que os fiéis cristãos houwerem caído, para que, em virtude do poder das chaves de perdoar ou reter pecados, pronunciem a sentença. Pois é claro que os sacerdotes não poderiam exercer esta sua jurisdição sem conhecimento de causa e sem guardar equidade na imposição das penas, se os penitentes declarassem os pecados só genericamente, e não específica e detalhadamente.¹⁹

Apesar do decreto tridentino não conter nenhuma norma relativa à moral,²⁰ a partir dele o poder religioso começou a atuar sobre as consciências. A Igreja deixou de atuar no nível das ordens jurídicas e fixou toda a sua atenção no acompanhamento da consciência dos fiéis, acontecendo então a separação entre lei moral e lei canônica, ou seja, entre Moral e Direito; o direito canônico, com isso, restringiu sua atuação junto ao corpo eclesiástico e às propriedades territoriais da Igreja.

Além disso, essa mudança de postura da Igreja deu ensejo a grandes debates e discussões teóricas nas universidades europeias acerca da diferença entre “lei positiva” e “lei moral”, discussão que perdura até hoje nas universidades de Direito, mas com o embate entre o “justo” e o “legal”. Como explica Paolo Prodi: “A Igreja romana afirmou, através de sua brilhante escola de pensamento *De Iustitia et Iure*, que ela não só possuía a autoridade conferida a Cristo para perdoar os pecados, mas que também era a única intérprete verdadeira da lei natural que coincide com a lei moral”.²¹

1.2. Horizonte moderno ou casuísmo

A recém-surgida teologia moral desdobrou suas atividades em duas áreas: uma teórica e a outra, prática. A parte teórica procurou aprofundar a investigação na possível relação entre ética e Lei natural. A possibilidade teórica do princípio da Lei natural vir a ser o critério orientador das discussões éticas e o regulador da vida moral do ser humano foi uma hipótese teórica fundamental da Igreja, para fazer frente à subjetividade moderna, e para contrapor-se ao crescente monopólio da lei positiva promulgada pelos Estados

¹⁹ DH 1679 (sessão 14: penitência).

²⁰ PRODI, P., *Fourteen Theses on the Legacy of Trento*, p. 42.

²¹ PRODI, P., *Fourteen Theses on the Legacy of Trento*, p. 43.

modernos, cujo ideário coadunava, de certo modo, com o trajeto percorrido pelas igrejas reformadas, baseado na relação entre o cristão individual e a Escritura.²²

Por outro lado, a parte prática, cuja tarefa era atuar em casos particulares, foi desenvolvida a partir da análise dos manuais de teologia moral para a prática tridentina da confissão e da direção espiritual. Essa prática é a chamada casuística da igreja tridentina, que teve sua origem no trabalho diário dos padres e, posteriormente, originou discussões teóricas levadas ao âmbito acadêmico das universidades.

A casuística era a prática da análise moral baseada na consciência. Ela compreende uma parte significativa da tradição dos manuais até a primeira metade do século XX. O método da casuística começa sublinhando um caso moral hipotético que poderia ocorrer durante a confissão ou durante uma sessão de aconselhamento. Além disso, fatos moralmente relevantes eram destacados durante a análise. A popular dupla conhecida nos manuais como “Tito” e “Berta”, que vinham sempre confessar; e havia um número grande de pecados veniais a se estudar. Além do mais, a casuística fazia uso do método indutivo para chegar à aplicação apropriada dos vários princípios morais.²³

Faz-se necessário ressaltar que até a Reforma e o Concílio de Trento, a teologia era a “ciência do ser”²⁴ enquanto lei em três aspectos distintos: lei natural, lei divina e lei positiva. Após Trento, a lei positiva foi tomada pelo Estado Moderno que açambarcou, por inteiro, a esfera da lei positiva. A partir de então, predominou o dualismo entre a consciência – de âmbito ético, moral – e a lei positiva – de âmbito jurídico. Muitas disputas ocorreram durante os séculos XVII e XVIII entre rigoristas²⁵ e frouxos, jansenistas²⁶

²² PRODI, P., *Fourteen Theses on the Legacy of Trento*, p. 43.

²³ BRETZKE, J. T., *Handbook of Roman Catholic Moral Terms*, p. 845.

²⁴ ST, q. 14, art.7-8.

²⁵ Rigorismo – associado ao jansenismo. Sublinhava o valor de seguir a interpretação mais rigorosa como se fora algo agradável a Deus. Contudo, a Igreja condenou o jansenismo como heresia e adotou a contraposição do probabilismo (em caso de dúvida moral ou de desacordo acerca da licenciosidade da ação, o indivíduo deveria seguir, se possível, a opinião absolutamente segura e, em caso de impossibilidade desta, procurar seguir a opinião, no mínimo, mais segura).

²⁶ Jansenismo – movimento que enfatizou o poder do pecado original na depravação humana, acarretando uma moral rígida e excessivamente escrupulosa. Particularmente, era oposto ao casuísmo e ao probabilismo.

e jesuítas; contudo, o esforço intelectual dos teólogos morais fez com que, ainda assim, fosse possível manter a diferença vigente entre “pecado e crime”, diferença essa salutar para a vida da Igreja e que permitiu o desenvolvimento dos Direitos Humanos.²⁷

1.3. Século XX

O século XX foi marcado por uma profunda reviravolta na teologia moral por causa dos dois principais episódios ocorridos historicamente: a Segunda Grande Guerra Mundial e a realização do Concílio Vaticano II. Segundo Keenan, a intenção dessa virada foi a de liberar os teólogos morais (moralistas) para encontrar terreno propício a fim de se porem a caminho do diálogo com o mundo contemporâneo.²⁸ Atualmente, a ética teológica compõe um dos saberes das “ciências humanas”, mas isso só ocorreu graças a opção dos teólogos morais em fundamentarem-se, a partir dali, na agenda da *Gaudium et Spes*.²⁹

A Segunda Guerra Mundial foi o estopim para a aceitação do problema moral entre os católicos,³⁰ pois ela teve um papel crítico sobre a teologia cristã, da mesma monta que a Reforma protestante teve outrora na história da Igreja. Tornou-se aparente a falência dos manuais, na tentativa de formar consciências cristãs capazes de resistir em participar, como diz Keenan da “barbárie nazifascista”³¹ e recusá-la por completo. Porém, não foi isso o que aconteceu durante a Segunda Guerra e, como consequência, os manuais que haviam perdurado por, pelo menos, quatro séculos ininterruptamente (séculos XVI – XX), foram rejeitados pelos teólogos morais.

Nesse sentido, houve uma mudança do paradigma casuístico, mais jurídico do que moral, apoiado no direito canônico para o paradigma da consciência moral. Sendo assim, a teologia moral teve de repensar o seu fundamento teórico, de modo que ela pudesse se preparar para uma nova geração de homens e mulheres na Igreja e no mundo secular.

²⁷ PRODI, P., Fourteen Theses on the Legacy of Trento, p. 44.

²⁸ KEENAN, J. F., Fundamental Moral Theology: Tradition, p. 140.

²⁹ VATICANO II., *Gaudium et Spes*. Roma, 1965.

³⁰ Dificuldade que os católicos têm em dar testemunho de Jesus Cristo.

³¹ KEENAN, J. F., Vatican II and Theological Ethics, p. 164.

1.3.1. Pré-Guerra

A teologia moral no início do século XX manteve, em termos gerais, o uso dos manuais que surgiram desde o Concílio de Trento. Contudo, com a promulgação do Código de Direito Canônico de 1917, o Magistério começou a emitir mais definições em matéria de moral e, com isso, os teólogos morais, que já eram manualistas, também se tornaram intérpretes dos ensinamentos do Magistério. Daremos quatro exemplos de documentos do Magistério anteriores à IIª Guerra Mundial. São eles:

1) Da Masturbação procurada diretamente – Decreto do Santo Ofício de 2 de agosto de 1929.³²

Pergunta: É lícita a masturbação diretamente procurada para obter esperma com que se pode descobrir e logo curar, na medida do possível, a doença contagiosa da “blenorragia”? Resposta. (confirmada pelo Sumo Pontífice em 26 jun.): Não.

2) Educação Sexual – Encíclica de Pio XI *Divini illius Magistri* de 31 de dezembro de 1929.³³

Muitos sustentam e promovem, de maneira tão insensata quanto perigosa, a forma de educação que impertinentemente chamam sexual, pensando erroneamente poderem preservar os jovens da volúpia e da luxúria por meios meramente naturais, excluindo toda ajuda da religião e da piedade; a saber, iniciando-os todos, sem distinção de sexo, e até publicamente, em doutrinas vergonhosas e, pior ainda, expondo-os de modo prematuro às ocasiões, para que seu ânimo, familiarizado, segundo dizem, a essas coisas, fique como que curtido para “enfrentar” os perigos da puberdade. Nisso, eles erram gravemente, ao não reconhecer a natural fragilidade humana nem a lei que habita nossos membros e que, para usarmos as palavras do Apóstolo, combate contra a lei da mente [Rm 7,23], e ao negar temerariamente o que sabemos por experiência cotidiana, que os jovens mais que os outros caem frequentemente nos pecados torpes não tanto por falta de conhecimento intelectual, mas por debilidade da vontade, exposta às ocasiões e desprovida da graça divina.

³² DH 3684.

³³ DH 3697.

3) Instituição Divina do Matrimônio – Encíclica *Casti Connubii* de 31 de dezembro de 1930.³⁴

A instituição divina do matrimônio. Em primeiro lugar permaneça isto como fundamento imóvel e inviolável: o matrimônio não foi instituído nem restaurado pelos homens, mas por Deus; não foi pelos homens, mas pelo restaurador da mesma natureza, o Cristo Senhor, que o matrimônio foi resguardado por leis, confirmado e elevado; por isso, essas leis não podem depender em nada das vontades humanas, nem sujeitar-se a nenhuma convenção contrária dos próprios esposos [Gn 1,27s; 2,22s; Mt 19,3-9; Ef 5,23-33; Concílio de Trento: 1797-1816].

4) Matança do Feto – Encíclica *Casti Connubii* de 31 de dezembro de 1930.³⁵

Outro (...) gravíssimo delito deve ser lembrado, com o qual se atenta contra a vida da prole escondida ainda no seio materno. Julgam alguns, que isso é permitido e deixado ao beneplácito da mãe e do pai. Segundo outros moralistas, isso deve ser proibido exceto no caso que surjam gravíssimas causas que levam o nome de indicação médica, social ou eugênica.

Por outro lado, em contraposição, nesse momento do século XX, muitos teólogos moralistas investiram na pesquisa em psicologia e, por causa disso, procuraram demonstrar o despreparo ético dos fiéis católicos ao perceberem que havia fiéis “pecadores”, porém, sem a menor noção de culpa, por causa da investida da psicologia no mundo da época e da entrada em cena da noção de “patologia”:

Os manuais de teologia moral são obras técnicas que pretendem socorrer o confessor e o pároco no exercício de suas funções. Eles são técnicos como os livros-textos do advogado e do médico. Eles não estão destinados à edificação, nem guardam um alto ideal de perfeição cristã para imitação do fiel. Eles lidam com o que é obrigatório sob a dor do pecado; eles são livros de patologia moral.³⁶

³⁴ DH 3700.

³⁵ DH 3719.

³⁶ SLATER, T., *A Manual of Moral Theology*, p. 05-06.

James Keenan destacou, em artigo,³⁷ três autores moralistas que levaram adiante a crítica aos manuais. O primeiro, Thomas Slater (1855-1928),³⁸ para quem os fiéis tinham dificuldade em compreender o papel da “consciência” por causa da ignorância, da concupiscência e do medo. O segundo, Henry Davis (1866-1952),³⁹ que enumerou uma lista com consciências problemáticas (falsa, duvidosa, perplexa, escrupulosa e lassa), a fim de demonstrar que a média dos fiéis católicos se desviava da reta consciência. E, por último, Heribert Jone (1855-1967),⁴⁰ considerado o manual mais importante durante a Segunda Guerra Mundial, introduziu nomenclaturas de patologias, que minimizavam a responsabilidade do agente moral no ato injusto, tais como: neurastenia, histeria, desordem compulsiva, melancolia, hipocondria, complexo de inferioridade, dentre outros⁴¹. Por outro lado, é importante destacar o surgimento do Pontifício Instituto Bíblico e seu importante papel em relação às questões morais, haja vista o documento *Bíblia e Moral: raízes bíblicas do agir cristão* gestado pela Pontifícia Comissão Bíblica e que se tornou um critério fundamental para qualquer análise do agir moral na Bíblia, tanto em relação à antropologia bíblica, quanto em relação à pessoa de *Jesus* como modelo e parâmetro de reflexão e ação. A partir deste critério fundamental, o documento supracitado apresenta o entendimento moral que podemos depreender por meio dos vários escritos bíblicos.

³⁷ KEENAN, J. F., Vatican II and Theological Ethics, p. 164.

³⁸ SLATER, T., A Manual of Moral Theology, p. 30.

³⁹ DAVIS, H., Moral and Pastoral Theology, p. 80.

⁴⁰ JONE, H., Moral Theology, p. 94-95.

⁴¹ Não podemos deixar de ressaltar a importância da reflexão moral de excelentes autores cristãos tanto da patrística, quanto da escolástica, tais como Agostinho e Tomás de Aquino, principalmente em relação ao tema das virtudes cristãs. Contudo, esse tema está destinado à pesquisa do pós-doutorado, já que é um tema que requer uma pesquisa histórica de grande monta e que não cabe no objetivo deste artigo que buscou investigar apenas, e em grandes linhas, a partir do Concílio de Trento.

Outrossim, neste artigo procuramos deter-nos apenas na importância do Concílio Vaticano II para o desenvolvimento da Teologia Moral posterior. Sabemos a importância que outras áreas da teologia tiveram em relação ao Concílio, principalmente em relação à renovação litúrgica e à maior inserção do laicato na vida da Igreja. Todavia a nossa área de investigação específica é a de Ética Teológica/Teologia Moral.

1.3.2. Pós-Guerra e Vaticano II

Após a guerra, o moralista belga Odon Lottin (1880-1965)⁴² aprofundou o fundamento teológico da consciência em sua obra *Morale Fondamentale*, em que ele culpou os padres confessores pelo fracasso da teologia moral, por causa de seu excessivo foco no pecado. Então, ele escreve sobre a importância da formação da consciência e insiste na relevância de educar os cristãos para que eles possam se tornar pessoas maduras, conscientes e autônomas dentro da comunidade de fé.⁴³ Além do mais, em 1955, em sua obra *Au Coeur de la Morale Chrétienne*, Odon Lottin critica o direito canônico por haver dominado a teologia moral focando em fatos externos e, também, por haver abandonado o ancoradouro seguro da tradição patrística, da tradição bíblica e da teologia dogmática.⁴⁴

Outro autor de grande importância foi Bernard Häring (1912-1998) que, por ter atuado na Segunda Guerra, presenciou a “obediência dos cristãos em relação ao regime nazista criminoso”⁴⁵ e, nesse momento, compreendeu que a verdade moral não está no que as pessoas professam, mas em como elas vivem e agem.⁴⁶ Após a guerra ele tomou a firme decisão de não mais fazer uso do conceito de “obediência” como um conceito central, mas, sim, aprofundar o conceito de responsabilidade.

Em 1954, ele publicou sua obra magistral de três volumes, *La Ley de Cristo*,⁴⁷ na qual afirma que não deseja destruir a autoridade, mas que anseia por pôr Cristo no centro da teologia moral. Foi Häring quem assentou a mudança de paradigma na teologia moral, do direito canônico para a cristologia. Ele está convencido que somente o seguimento de Cristo fará dos cristãos, pessoas maduras na fé, como vemos a seguir:

O chamado para a teologia moral de Jesus está contido na boa nova da salvação. A tremenda boa nova não está ligada a nenhuma lei, mas à soberana majestade de Deus que intervém na pessoa de Cristo e na graça e no amor de Deus que se manifesta. Consequentemente, nova orientação

⁴² LOTTIN, O., *Morale Fondamentale*, p. 122.

⁴³ LOTTIN, O., *Morale Fondamentale*, p. 123.

⁴⁴ LOTTIN, O., *Au Coeur de la Morale*, p. 164.

⁴⁵ KEENAN, J. F., *Vatican II and Theological Ethics*, p. 169.

⁴⁶ KEENAN, J. F., *Vatican II and Theological Ethics*, p. 169.

⁴⁷ HÄRING, B., *La Ley de Cristo*, p. 29.





e novo foco foram dados a todos os preceitos da lei moral, ainda aqueles mais sagrados. O que é novo é a alegria de anunciar que *agora* é o tempo da grande conversão do pecado e o retorno a Deus está em suas mãos (...) nós entendemos a teologia moral como a doutrina da imitação de Cristo, como vida em, com e por Cristo.

O Concílio Vaticano II também sofreu forte influência de Häring.⁴⁸ Parece que a fonte inspiradora foi o texto da *Gaudium et Spes*, Häring foi o secretário do comitê editorial que a rascunhou. Por esta razão, a antropologia está baseada na compreensão do ser humano como um ser social e as questões morais não são tematizadas em chave de leitura individual, mas também social. Apesar do Concílio Vaticano II não ter elaborado um documento específico para a teologia moral, ele deixou, em alguns documentos, afirmações e abordagens importantes para a moral cristã. Destacam-se, entre eles: a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, o Decreto *Optatam Totius*, a Declaração *Dignitatis Humanae*, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e, de modo especial, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.

Dois aspectos do Concílio importantes para a teologia moral resultam também da influência de Häring: a) uma profunda simpatia da Igreja pela condição humana, focando mais na alegria e na esperança do que numa visão pessimista e pecadora do ser humano; e b) a vigência da consciência na liberdade, fruto da influência dos escritos de Paulo sobre Häring.⁴⁹

1.3.3. Pós-Vaticano II

Um autor fundamental nesse período histórico foi Bernard Lonergan (1904-1984). Se por um lado Bernard Häring fixou a pessoa de Jesus Cristo e a respectiva cristologia como o único fundamento possível para a teologia moral, Bernard Lonergan estabeleceu a mudança de método no interior dela. Foi ele quem iniciou as pesquisas que redundaram na denominação “teólogos historicistas”. Isso ocorreu principalmente após a publicação de um importante artigo seu em 1967, “A deshelenização do dogma”,⁵⁰ e de seu livro, em 1971, *Método em Teologia*.⁵¹ Nesse artigo, ele critica não só a influência categorial

⁴⁸ KEENAN, J. F., Vatican II and Theological Ethics, p. 173.

⁴⁹ KEENAN, J. F., Vatican II and Theological Ethics, p. 174.

⁵⁰ LONERGAN, B. J. F., The dehelenization of dogma, p. 336-352.

⁵¹ LONERGAN, B. J. F., Method in Theology, p. 338.

helênica no cristianismo primitivo, como também questiona a introdução do método lógico⁵² em teologia. Já no livro supracitado, ele inicia explicitando as categorias lógicas aristotélicas que redundaram na obra deontológica de Immanuel Kant (método dedutivo), para, em seguida, explicar o novo método teológico fundamentado na historicidade do tempo (método indutivo), que atualmente denominamos hermenêutica.

James Keenan nos assegura que trinta anos depois, ou seja, em 1997, a distinção entre classicistas e historicistas já era um “lugar comum” na teologia moral.⁵³ Contudo, foi uma distinção de método teológico que redundou nessas duas denominações. O método lógico,⁵⁴ que formou os classicistas⁵⁵, e o método hermenêutico,⁵⁶ que deu origem aos historicistas. Interessante notar que James Keenan explica tratar-se de uma diferença de graus, pois nenhum teólogo pode ser, epistemologicamente falando, somente classicista ou somente historicista,⁵⁷ posto que a realidade sobrepassa e suprassume o raciocínio humano, seja ele dedutivo ou indutivo.

Contudo, nenhum desses avanços seriam possíveis sem o papel relevante da Escola de Tübingen na transformação da compreensão do método teológico. Schleiermacher teve um papel preponderante ao introduzir o conceito de “hermenêutica” no cenário filosófico e debater com Hegel a necessidade das regras de interpretação. Afinal, ele se colocou como proponente de uma nova hermenêutica geral que unificaria disciplinas como a bíblica, a jurídica e a filológica numa “arte da compreensão”.⁵⁸ Soma-se a isso o fato de que Dilthey formulou uma metodologia para as ciências humanas ao reconhecer a natureza específica das ciências humanas. O ser humano surpreende com as suas inúmeras atitudes, por isso não pode ser pensado a partir do método lógico, propício apenas aos elementos da natureza e sua causa e efeito.⁵⁹ Nem sempre o ser

⁵² O método lógico teve início com Parmênides por meio de sua célebre afirmação: *o ser é e não pode não ser*, prosseguiu com o ἔλεγγος socrático, com a dialética platônica, até chegar ao ápice com a obra lógica de Aristóteles.

⁵³ KEENAN, J. F., *A History of Catholic Moral Theology in the Twentieth Century*, p. 129.

⁵⁴ Método dedutivo e juízo analítico.

⁵⁵ Método classicista é o método lógico que se baseia no raciocínio abstrato, em contraposição ao método hermenêutico que pensa a partir da temporalidade histórica.

⁵⁶ Método indutivo e juízo sintético.

⁵⁷ KEENAN, J. F., *A History of Catholic Moral Theology in the Twentieth Century*, p. 129.

⁵⁸ SCHMIDT, L. K., *Hermenêutica*, p. 353; 366.

⁵⁹ SCHMIDT, L. K., *Hermenêutica*, p. 734.

humano atua logicamente. Daí a importância do método hermenêutico, a fim de pensar o texto bíblico e alcançar os elementos morais que podem auxiliar o cristão, na atualidade, em sua decisão moral, em seu processo de discernimento.

Além disso, Karl Rahner também sofreu influência da Escola de Tübingen ao perceber uma característica intrínseca ao ser humano que explica o porquê da existência desses dois métodos em teologia. Mesmo que o ser humano não se dê conta, ele já está inserido na totalidade, ainda que experimente apenas a parcialidade; a inquietação, a curiosidade e o questionar. Ele se pergunta, ele formula questões, ainda que nem sempre suporte permanecer sem respostas; e em sua finitude vige a presença do Infinito. O medo do não domínio, da incapacidade de compreensão, do ilimitado e de não dar respostas cabais sobre todas as coisas faz com que o ser humano se proponha uma fuga: a alienação de si mesmo. É mais fácil viver no já conhecido, no habitual, no corriqueiro, permanecer na comodidade, naquele cadinho que nos é seguro e velho conhecido.

Além disso, o conhecimento humano está fundamentado na prévia compreensão do ser. Antes mesmo do ser humano poder conhecer algo, este algo já está jogado num horizonte de prévia compreensão que possibilita o homem compreendê-lo deste, desse ou daquele modo. Esta prévia compreensão pode ser a visão de mundo, a ideologia, ou mesmo, a cultura de uma época. Contudo, ela também pode ser pensada enquanto maximizada; pensada como o horizonte transcendental da transcendência: a abertura *a priori* do ser humano para o ser, para a vigência da verdade. Trata-se daquilo que é mais constitutivo ao ser humano, aquilo que lhe é primeiro, por isso, o autor designa como *a priori*.

Rahner,⁶⁰ ao abordar a capacidade que o ser humano tem de *já* estar aberto ao infinito, antes mesmo de qualquer experiência empírica, sensorial e temporal nos permite perceber a vigência humana de uma capacidade de raciocínio *a priori*,⁶¹ na qual se baseia o método lógico e a posição classicista. Todavia, essa abertura *a priori* ou essa transcendência humana pode ser interpretada de modo distinto ao lógico, e foi o que ocorreu no século XX, com a noção de transcendência⁶² por parte dos hermeneutas, tais como Paul

⁶⁰ RAHNER, K., Curso Fundamental da Fé, p. 46-49.

⁶¹ Transcendência vertical: acontece ao afastar-se do fato histórico e do dado concreto.

⁶² Transcendência horizontal: acontece com o transcurso do tempo, sempre mesclado com o imanente, vigendo no lusco-fusco.

Ricoeur⁶³ e Emmanuel Lévinas.⁶⁴ No mínimo, Karl Rahner acompanhou muito de perto a entrada em cena desta nova forma de compreender o ser humano como *Dasein* (ser-aí), como *In-der-Welt-sein* (ser no mundo), como *Mitsein* (ser com). Esta estrutura da existência é pensada a partir do lugar ôntico-existencial que o ser humano ocupa no *aí* do cotidiano.

A transcendência pensada como a essência do ser humano em Karl Rahner, nos auxilia na compreensão de o porquê da teologia moral atual fundamentar-se em dois métodos distintos por causa da disputa da interpretação do mesmo conceito de “transcendência”. Porém, falta-nos pôr em questão a importância desse conceito para a teologia moral. Por que ele é tão decisivo no fazer moral teológico? Ora, a moral é o modo como agimos, como conduzimos nossas vidas por meio das ações e dos discursos. Vimos, anteriormente, como Bernard Häring demonstra, racionalmente, que o fundamento moral central para o cristão é o seguimento do próprio Jesus Cristo. Nesse sentido, a teologia moral moderna deve partir do Novo Testamento. Todavia, as ações, gestos e palavras de Jesus não são uma doutrina abstrata a que se recorra no momento de agir e a partir dela se possa, por dedução, encontrar como devemos atuar no *hic et nunc* do nosso tempo e da nossa cultura.

A teologia moral terá sempre diante de si, a tarefa de “reler” e de “reinterpretar” as ações, os gestos e as palavras de Jesus nos eventos atuais com seus costumes, sua cultura, seu senso comum e seu matiz ideológico, completamente distintos da matriz cultural da época de Jesus. Portanto, há de se convir que, diante desse aspecto cultural, podemos ainda perceber a matriz legalista do Antigo Testamento dando o tom da posição classicista em teologia moral, porque ela parte de preceitos e edita normas; em contraposição à matriz relacional da hermenêutica que anseia por compreender a verdade e o sentido da existência dentro do jogo próprio da temporalidade, tal como fez Jesus a partir de sua encarnação, presente no Novo Testamento.

Logo, há de se acostumar com a vigência de dois métodos em teologia moral, bem como de duas posições morais. Assim, como ocorreu ao longo da história da teologia moral: a presença de rigoristas e dos liberais. O debate argumentativo de ambas correntes, acerca dos problemas morais atuais, será sempre o “lugar comum”. Contudo, distintamente da história anterior, os sujeitos históricos desse debate não são mais os moralistas ou os teólogos morais, mas sim, temos agora

⁶³ RICOEUR, P., *Soi-même comme un Autre*, p. 93-108.

⁶⁴ LÉVINAS, E., *Totalidade e Infinito*, p. 35-39.

a presença mais marcante do Magistério que entrou com muito mais destaque no debate com os teólogos morais, avaliando muitas obras e as considerando impróprias para o público cristão, como foi o caso de Margaret Farley, dentre outros.⁶⁵

Conclusão

A renovação na teologia moral católica iniciada após o Vaticano II mal começou. Ela é uma meta constante, já que se faz necessário um estudo da moralidade que jaz nos textos bíblicos, principalmente do Novo Testamento. Vários autores têm se destacado a partir do ano 2000. Contudo, trata-se de um projeto ainda incipiente devido à estatura da tarefa. O método hermenêutico, em teologia moral, é relativamente novo, já que ele parte da necessidade de transpor para os dias atuais o conteúdo universal que jaz nos mandamentos, nas parábolas, nas bem-aventuranças, no sermão da montanha e em outros textos bíblicos. É necessário que o eticista seja capaz de trazer à luz a síntese que tão bem faziam Agostinho e Tomás de Aquino entre área sistemática e a área bíblica. Esperamos que esse artigo ajude na ampliação dessa compreensão. Além disso, há alguns eticistas norteamericanos, tais como: James Keenan, Lisa Sowle Cahill e William C. Mattinson que trabalharam e continuam trabalhando na possibilidade de se estabelecer uma ponte entre Bíblia e Moral por meio do conceito de “virtude” a fim de clarificar ainda mais a base bíblica da moral católica. Ademais, em termos de teologia moral latinoamericana, há um destaque especial para a produção acadêmica no Brasil, por meio da Sociedade Brasileira de Teologia Moral (SBTM), fundada em 1977 por um grupo de teólogos moralistas que trabalhavam em seminários e em faculdades católicas. Atualmente, seus principais objetivos são: proporcionar um clima de reflexão e encontro entre os teólogos moralistas do Brasil; oferecer subsídios para o estudo da Teologia Moral; estimular a produção de trabalhos científicos na área de Teologia Moral; e proporcionar o diálogo entre os estudiosos da Teologia Moral e outros cientistas. Até agora foram realizados quarenta e quatro congressos, sendo que parte deles frutificou em livros.⁶⁶

⁶⁵ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Notificação sobre o livro *Just Love: a framework for christian sexual ethics*. 30 de março de 2012. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20120330_nota-farley_po.html> Acesso em: 14 abr. 2021.

⁶⁶ Há uma vasta produção acadêmica no Brasil em termos de teologia moral, porém não foi objetivo deste artigo abordá-la, já que estamos preparando um capítulo de livro sobre esse tema específico que será publicado até o fim de 2022.

Referências bibliográficas

BRETZKE, J. T. **Handbook of Roman Catholic Moral Terms**. Washington: Georgetown University Press, 2013.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo Atual**. Roma: Vaticano, 1965. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CURRAN, C. E. **The Origins of Moral Theology in the United States**. Washington: Georgetown University Press, 1997.

DAVIS, H. **Moral and Pastoral Theology**. New York: Sheed & Ward, 1952. v.IV.

DENZINGER, H. **Compêndio dos Símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas / Loyola, 2006.

FRECHEIRAS, M. L. O. **Teologia moral contemporânea: Status Quaestionis, ética e hermenêutica em 1Jo 2,15-17**. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47104/47104.PDF>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

HÄRING, B. **La Ley de Cristo**. Barcelona: Editorial Herder, 1968. t.II.

JONE, H. **Moral Theology**. North Carolina: Tan Books and Publishers, 2009.

JONSEN, A. R.; TOULMIN, S. **The Abuse of Casuistry: a history of Moral Reasoning**. Oakland: California University Press, 1992.

KEENAN, J. F. Fundamental Moral Theology: Tradition. **Theological Studies**, v.70, n.1, p. 140-158, Feb. 2009.

KEENAN, J. F. Vatican II and Theological Ethics. **Theological Studies**, v.74, n.1, p. 162-190, Feb. 2013.

KEENAN, J. F. **A History of Catholic Moral Theology in the Twentieth Century: from Confessing Sins to Liberating Consciences**. New York: Bloomsbury, 2010.

LÉVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.

LONERGAN, B. J. F. **Method in Theology**. London: Longman, 1971.

LONERGAN, B. J. F. The Dehellenization of dogma. **Theological Studies**, n.28, p. 336-352, 1967.



- LOTTIN, O. **Au Coeur de la Morale**. Paris: Desclée & Cie, 1957.
- LOTTIN, O. **Morale Fondamentale**. Paris: Desclée & Cie, 1954.
- PRODI, P. Fourteen Theses on the Legacy of Trento. In: KEENAN, J. F. (Ed.). **Catholic Theological Ethics Past, Present and Future: The Trento Conference**. New York: Orbis Books, 2011. p. 40-47.
- RAHNER, K. **Curso Fundamental da Fé**: Introdução ao Conceito de Cristianismo. São Paulo: Paulus, 2008.
- RICOEUR, P. **Soi-même comme um Autre**. Paris: Éditions Du Seuil, 1990.
- SCHMIDT, L. K. **Hermenêutica**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SLATER, T. **A Manual of Moral Theology**: for English-Speaking countries. London: Burns Oates & Washbourne, 1925. v.I.
- TOMÁS de Aquino. **Suma contra os Gentios**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. Disponível em: <<https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- VEREECKE, L. **De Guillaume d'Ockham à Saint Alphonse de Liguori: Études d'histoire de la théologie morale moderne 1300-1787**. Perugia: Collegium S. Alfonsi de Urbe, [s.d.].

Marta Luzie de Oliveira Frecheiras

Doutora em Filosofia Universidade Federal do Rio de Janeiro

Doutoranda em Teologia na Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro

Professora Titular da Universidade Federal de Ouro Preto

Ouro Preto / MG – Brasil

E-mail: marta.luzie@uol.com.br

Recebido em: 13/12/2020

Aprovado em: 06/04/2022